

## ÉTICA, CIÊNCIA E POLÍTICA: DO INTELLECTUAL REFORMADOR AO ADMINISTRADOR DO EXISTENTE

Walquíria Domingues Leão RÊGO<sup>1</sup>

- RESUMO: Este trabalho pretende discutir a trajetória da problemática da *intelligentsia*, tal qual ela foi formulada pelas fundações normativas clássicas (como em Fichte, por exemplo), problematizando a situação atual, na qual os intelectuais, progressivamente, se burocratizaram e se transformaram em administradores de instituições.
- PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais; iluminismo; burocratização do espírito.

Onde está a sabedoria que perdemos com o conhecimento? E onde está o conhecimento que perdemos com a informação?

(T. S. Elliot)

Este artigo pretende recuperar em traços muito gerais o modo como foi problematizada pelo pensamento moderno a questão dos intelectuais, seu papel na sociedade e suas relações com a política e, especificamente, a natureza dos vínculos mantidos com os poderosos. Para tanto se remeterá às formulações clássicas realizadas por algumas fundações normativas sobre o problema, para depois examinar brevemente o percurso histórico, as transformações e os contornos que a questão assumiu em nossos dias.

---

1 Departamento de Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp – 13801-970 – Campinas – SP.

Se tomarmos os termos postos por dois representantes clássicos: Fichte, em *Sobre a missão do intelectual* (1971), e Julien Benda, em *A traição dos intelectuais* (1927), cujas formulações são distantes no tempo e diferentes no seu estatuto teórico, percebe-se claramente que em ambos o tema dos intelectuais pressupõe uma missão que só poderá ser cumprida se a atuação dos sábios estiver calcada na sua autonomia e independência em relação aos poderes constituídos. Essa exigência se organiza em torno de um outro ponto comum: a vigência de um forte componente moral que se objetivaria em marcante prática pedagógica na sociedade, com vistas à realização do universalismo ético, presente no programa humanista da ilustração. De fato, ao longo do século XX, os intelectuais, como poetas, escritores, jornalistas, filósofos, sociólogos e economistas, permaneceram discutindo seu papel social no interior dos valores cristalizados no paradigma do *settecento riformatore*. A sacralidade de sua figura se radicava, até muito pouco tempo atrás, na sua suposta capacidade de capturar, pela inteligência, pelo conhecimento e, sobretudo, pela paciente investigação e interpretação, os elementos essenciais das causas do sofrimento humano, socialmente evitável. Este era o ponto-chave que determinava sua atuação como ator político.

Importa registrar que ainda nos anos 30, cujo momento mais trágico foi a guerra civil espanhola, o *pathos missionário* voltou à tona, com a adesão na luta concreta da guerra de muitos intelectuais. O retorno em cena da exigência de intervenção pública dos intelectuais, como interpeladores espirituais e, na grande maioria das vezes, como contestadores diretos das estruturas de poder e de dominação, se fez presente com muita força, no pós-guerra, pelo princípio do engajamento e do empenho cívico. Em outros termos, a idéia de missão triunfara como constitutiva do ofício de intelectual. A forma da questão ser debatida se realizou, fundamentalmente, por meio de um doloroso ajuste de contas com os totalitarismos esmagadores de todas as liberdades conquistadas pela modernidade. O exame das causas da guerra e do seu séquito de horrores, como os campos de extermínio, abriu um tenso e fecundo debate sobre o próprio sentido da função intelectual e do legado moral dos tempos modernos. Emblemático desse estado de espírito foi a pergunta inaugural com que o escritor italiano Elio Vittorini abriu seu semanário *Il Politecnico*, em 1946:

Como foi possível ao fascismo remover barreiras morais que já estavam enraizadas em nossa herança cultural, permitindo o cortejo de infâmias e delitos? Não devemos interrogar a essa mesma cultura como e por que o fascismo pode cometê-los?

Novamente, então, se discutiu exaustivamente o significado moral e político do intelectual, esta figura social gestada e nascida no ventre da sociedade moderna. Como nos lembra Habermas, o projeto racionalista que concebeu a modernidade também como categoria de pensamento imaginou-a plena de potencialidades emancipatórias para humanidade. Afinal, não se pode esquecer que uma das maiores conquistas do mundo moderno foi a superação dos cânones políticos e intelectuais imperantes na Idade Média. Por isso mesmo, todo tipo de indagação e de conhecimento sobre a vida humana e a natureza eram legítimos. A palavra *reflexão*, como faculdade da razão, adquiriu o poder de conferir substância e significado à liberdade, e um dos supostos dela residia na mais ampla e irrestrita liberação da imaginação e sensibilidade intelectuais. A plena realização desses postulados configurariam a destruição de um dos pilares da opressão eclesiástica ocidental, que por séculos obrigou seus intelectuais, os clérigos, a interpretar e divulgar as verdades reveladas pela religião. Nessa medida, liberdade de pesquisa e conhecimento representam simultaneamente independência e autonomia do sujeito cognoscente em relação aos poderes constituídos, assim como forte compromisso com a elevação moral e intelectual dos homens. Prova exemplar disso são as já mencionadas conferências de Fichte pronunciadas na Universidade de Jena, em 1794, cuja essência poderia ser assim resumida: a mais absoluta liberdade de investigação tem por finalidade a educação do gênero humano para a liberdade e a convivência racionais. Foram prescritas nesse momento fundacional as exigências do intelectual dos tempos modernos: trata-se de um *sujeito moral*, e a moralidade está inscrita no seu destino, que se selou no momento mesmo em que realizou a escolha do seu ofício, cujo escopo supremo é a educação da humanidade para a justiça e a liberdade.

## **Intelectuais e mundo moderno**

Se a modernidade pode ser compreendida como um programa ético-político, será dentro de um quadro com fortes tintas normativas que emergirá o intelectual como personagem-chave das esperanças de difusão de luzes para todos, despertadas pela Revolução Francesa. Desse modo, se tornará imperativo que nos desdobramentos dessa problemática se insira também o tema do envolvimento dos intelectuais com a atividade política, desde que esta fosse entendida e vivida como ativi-

dade de todos e lugar (*topos*) de encaminhamento das questões públicas. Em torno da articulação, sempre tensa e carregada de ambivalências, entre intelectuais e política se constituiu uma longa e fecunda tradição de debate. No decorrer do século XX, os termos dessa polêmica foram postos e repostos apaixonadamente em todos os momentos de crise social profunda. Nas conjunturas dramáticas do nosso tempo, o tema mobilizador das consciências dos homens de cultura foi sempre o da sua responsabilidade cívica diante de seus concidadãos. Poder-se-ia dizer que esteve em causa na discussão o teor específico de uma *ética da responsabilidade* dos intelectuais, e, nessa medida, se impunha inelutavelmente ao debate a questão da natureza específica do envolvimento destes com a política e com o poder. Uma das faces do mesmo problema era esclarecer a razão de ser da própria política. Os conteúdos particularistas ou universalistas imprimidos nela é que poderiam justificar, impelir ou mesmo legitimar a adesão intelectual. Nesse sentido, estava em pauta a submissão dos imperativos próprios da lógica política à atividade reflexiva da razão. Em outras palavras, seu frio realismo – frequentemente transmutado em mefistofélico cinismo e vulgar oportunismo, colados sem mais em petrificadas práticas sociais que se fixam em instituições descarnadas e reificantes, porque geradoras de práticas produtoras de consciências reificadas – somente poderia ganhar substância liberadora se fosse subvertida pela reflexão crítica sua natural finalidade de conservação sistêmica. Outra racionalidade deveria orientar a ação política: somente faria sentido se aquela racionalidade estivesse tingida de dimensões éticas, ou seja, daquelas que prescreve para a atividade política possibilidades desalienadoras para todos os seus protagonistas. Advém daí a razão mais profunda da missão político-ética dos intelectuais: produzir conhecimento dos fenômenos sociais, desvendando, no limite máximo do poder da razão, suas formas misteriosas e reificadas, modelando com isso a atividade de conhecer como processo ético-político que se consubstanciaria necessariamente, para usar uma proposição de Habermas (1973), na produção de um *saber emancipatório*, compartilhado democraticamente pelo maior número possível de cidadãos, concebidos aqui como portadores do direito inalienável de se apropriar da herança cultural produzida pela humanidade. A prática intelectual, fortemente orientada por valores éticos universalistas, consumaria o grande trunfo do mundo moderno: a dotação em todos os homens da *possibilidade da escolha* no interior de um grande leque de opções existenciais, sem o que não se poderia pensar seriamente em liberdade humana.

Enfim, o desencantamento do mundo e sua liberação das estruturas metafísicas fundadas na idéia de uma ordem providencial e finalista das coisas, abria para a razão – agora concebida como deusa de muitos rostos – amplas possibilidades de pesquisa e descobertas. Com esses atributos, o gênero humano, desde que educado, ou melhor, *esclarecido*, podia experimentar a liberdade como valor do espírito e vivência terrena, porque chegara o momento dos homens se tornarem senhores de si mesmos, conformando assim a possibilidade efetiva do agir autônomo. A autonomia vivenciada sempre como vontade cindida pela tensão dramática entre, como dizia o jovem e atormentado Werther nas suas cartas ao amigo Guilherme, a tendência

do homem para se expandir livremente, para fazer constantemente novas descobertas, para se transportar a toda a parte onde não está, e, por outro lado, nessa íntima propensão que ele tem para se deixar voluntariamente prescrever limites, para se seguir maquinalmente a rotina do hábito, sem se preocupar com o que se passa a sua esquerda ou a sua direita. (Goethe, 1984)

A utilitária e calculista racionalidade fundada na obediência cega às regras e instituições da sociedade pode conduzir o homem à sabedoria que o tornará “um grande homem, e eu próprio não hesitaria em pedir a qualquer príncipe que lhe confiasse uma pasta de ministro, mas o amor é que desaparecerá nele e, se for artista, nunca poderá provar que tem talento” (Goethe, 1984, p.22-40). Nessas considerações wertherianas bastante normativas, evidencia-se o caráter imanentemente subversivo das ações e sentimentos prescritos pelo humanismo da ilustração, desde que os homens não queiram perder nesta *magnífica aurora* aberta pelos tempos modernos, seu maior tesouro, a possibilidade de se libertar dos grilhões criados por eles mesmos. Afinal, ainda como lembra Werther, “... o homem suspirou tanto por se perder na amplidão do infinito” (Ibidem, p.129).

Isso posto, o destino do intelectual previsto pela ilustração não poderia ser outro a não ser aquele de viver e produzir o conhecimento capaz de alterar a rotina dos hábitos tolhedores de energias progressivas. Dessa maneira, o pensar e o conhecer os objetos do mundo se definem pela capacidade de projetar, para a vida coletiva, instituições políticas e sociais capazes de tornar presente e audível a multiplicidade de vozes existentes na sociedade. Essa busca se funda na pretensão constitutiva do intelectual *esclarecido*, que é a de produzir saber que se torne matéria de carne e sangue, porque passível de contribuir para a desfetichização das instituições.

## **Intelectuais, política, memória pública e questão nacional**

Desde que Benda, em 1927, escreveu um manifesto sobre a traição dos intelectuais, no qual a traição se radica fundamentalmente no fato destes se tornarem paladinos de valores e causas particularistas, como o nacionalismo, a filiação a partidos políticos etc., o debate alçou vôo em várias e inesperadas direções. O que realmente estava em causa era o lugar para onde deviam confluír as adesões dos intelectuais. Suas tarefas políticas contingentes se definiam em função da variedade de situações demandantes de sua atuação, vividas nas diferentes sociedades nacionais. Contudo, seu parâmetro referencial jamais poderia colidir com os valores supremos do universalismo ético, entre os quais, o da moralidade que se torna ato quando se opera politicamente, como queria Benedetto Croce (1945, p.27-9).

Dentro desses balizamentos é que se colocou para o “partido da inteligência” o seu envolvimento com a *questão nacional*. De fato, no século XX, a definição de sua importância estava em relação direta com a magnitude da chamada *questão social*. O modo de equacioná-la é que dividia os espíritos e delimitava a amplitude de ação dos homens de cultura. A resolução da questão nacional foi compreendida muitas vezes como modo de mobilizar as forças vivas de um país para aprofundar e radicalizar a democratização substantiva da sociedade. Dessa feita, o processo de construção das identidades nacionais se confundia com a implementação de um programa universalista de realização da liberdade e da justiça social, esta última entendida sempre como justiça distributiva. A luz que fundara a nação como uma das *idéias mobilizadoras* mais caras a todos os movimentos revolucionários inspirados na Revolução Francesa se transformaria no seu avesso; ou seja, em obscuridade sombria cristalizada nos particularismos fanatizantes consagradores de desigualdades e injustiças.

O entendimento da nação como programa universalista, tomando de empréstimo o sentido que lhe confere Lukács, somente será possível se o que estiver em jogo forem valores reais de cidadania e liberdade, calcados em *padrões universais de medida*. Portanto, considerar o especificamente nacional não necessariamente implica limitações e estreitamento do projeto político nacional (Lukács, 1970, p.14). Desse modo, o ponto de fuga do quadro estava posto na questão da natureza da revolução social necessária para efetivar de modo mais adequado uma nação verdadeiramente democrática. Isso tudo atesta que a idéia de nação não

perdera sua potência normativa em vários movimentos e revoluções políticas do século XX. Foi assim vivenciada pelos intelectuais da esquerda weimariana, os marxistas austríacos dos anos 20 e até meados dos anos 30, os liberais de esquerda e os comunistas italianos, do mesmo período, para não falar nos bolcheviques e republicanos espanhóis que foram às armas para realizá-la. Em assim sendo, pode-se dizer que houve uma retomada profunda da questão nacional, aquela prefigurada na concepção jacobina e radicalizada pelos *sans-cullottes* franceses, para os quais a comunidade política, recoberta pelo princípio da nacionalidade, não poderia abrigar tirania e desigualdade entre os seus componentes. Nessa medida, retornara à superfície o rio subterrâneo de paixões igualitárias jamais totalmente adormecidas. Os termos da equação política *sans-culottes – l'egalité de fait* como complemento necessário a *l'egalité de droit* – haviam definitivamente plasmado a idéia de nação como comunidade de iguais (Soboul, 1968, p.232-3).

A reação termidoriana que se seguiu, desdobrando-se em múltiplos e variados particularismos, lançará o princípio da nacionalidade para as profundezas escuras dos formalismos ideológicos e institucionais, esvaziado do sentido igualitário e fraterno, imprimindo na luta pela construção das identidades nacionais fanatismos que repunham no palco da história, as trevas da intolerância, do preconceito étnico, racial, político etc. Enfim, repondo estruturas espirituais e materiais voltadas para a dominação e exploração dos homens e mulheres. A inversão da razão verificada nesse desfiguramento, configurará, conforme uma das imagens fortes de Starobinski, no seu notável ensaio sobre Goya, o seguinte quadro: “A razão tem diante dela o que é radicalmente diferente da razão” (Starobinski, 1988, p.127). Dessa forma, os nacionalismos reacionários, fascistas, destruidores das promessas universalistas contidas no princípio nacional, reapareceram tantas vezes no século XX, como se fossem para cumprir a terrível profecia contida na gravura de Goya sutilmente intitulada *O sono da razão*, plenos de figuras grotescas e sombrias.

Desse modo, o envolvimento dos intelectuais como *homens da razão*, nas lutas de seus países pela construção de uma nação, esteve sempre ligado à possibilidade de sua inteligência ser mobilizada para elaborar, analisar e desnudar todos os principais entraves situados no plano material e do espírito para edificação de uma *nação democrática*. A ação política dos intelectuais encontrava seu significado na descoberta do sentido mesmo da política como atividade de agregação social e espaço privilegiado de aparecimento dos sujeitos titulares de direito e demandantes por mais direitos de participação e ampliação dos espaços

e processos decisórios. Assim, definida a substância da política, o caminho estava aberto à necessidade imperiosa da presença destes atores políticos muito especiais, os intelectuais, que por definição tinham como situação ontológica a tarefa de elaborar as categorias de pensamento capazes de equipar os outros atores com munição adequada para enfrentarem os adversários do progresso cívico, nos mais diferentes campos de batalha. Uma das mais decisivas guerras a ser travada para a formação de uma consciência democrática nacional, mais uma vez parafraseando Habermas, de uma *vontade democrática*, está no trabalho difícil e permanente de construção da *memória pública de uma nação*. Não se pode desconsiderar que o modo de relembrar ou esquecer o passado define a identidade de um indivíduo e, mais ainda, a de uma nação, pois esta será também plasmada não só pelo patrimônio de lembranças herdado, mas também por aquilo que se esquece ou se é obrigado a esquecer. Desde pelo menos Tocqueville – que gostava de assinalar que uma nação é fundamentalmente uma *comunidade de lembranças*, reafirmando assim a antiga preocupação do pensamento ocidental com as modalidades de se realizar a recordação coletiva – que a questão da memória pública se constitui numa questão política e intelectual decisiva. Afinal, a memória coletiva de uma nação é incessantemente tecida de formas de recordação promovidas por meio de festas cívicas, religiosas, ritos etc. Entretanto, o modo profundo e duradouro de modelar atitudes e comportamentos sociais e políticos se efetiva na tessitura dos *livros de história*, no sentido amplo e profundo da palavra, que não só difundem e organizam a língua, mas também escolhem os modos de narrar as experiências vividas por um povo, nos múltiplos sentidos da sua vida. Neste específico sentido, os intelectuais serão fundamentais no processo de invenção, criação e recriação dos termos integradores da cultura e das formas identitárias da nação, porque serão eles, queiramos ou não, os que estabelecerão os critérios de *seleção da memória coletiva*. Em outras palavras, será por seus compromissos morais e, evidentemente, políticos, expressados das mais diferentes maneiras, que se consubstanciará a natureza qualitativa mais profunda da narração. A seleção dos fatos da memória se fará pelos narradores, que na verdade decidem o que um povo deve esquecer de seu passado ou, ao contrário, deve recordar incessantemente. Desse modo, e acentuando-se apenas um aspecto, a *conquista do passado* fará da construção prosaica da memória pública um campo de batalha dos intelectuais, no qual a disputa entre as diferentes concepções dos fatos do passado e suas implicações sobre o presente de uma sociedade se constituirá em momento

fundante dos critérios selecionadores daquela memória. Desnecessário dizer que esses critérios são submetidos permanentemente às avaliações críticas dos vários grupos de pesquisadores, que os reelaboram e os redefinem, sem contudo perderem seu caráter de objetos disputáveis na ampla e persistente luta teórico-política travada entre todos os deuses presentes na cena cultural.

Em virtude das considerações expostas acima, se apresenta de modo inarredável o aspecto moral envolvido na questão da feitura da narrativa histórica de uma sociedade, colocando de imediato o problema da *dimensão ética da memória*. Isso por si só repõe o iniludível problema da escolha do campo de forças e de valores feita pelos intelectuais, que por ofício e como sujeitos morais realizam na elaboração de uma tradição cultural os termos paradigmáticos com que a sociedade contará para se auto-interpretar e que resultarão fincados nas mentes e corações dos seus componentes. É aqui, neste ponto, que se apresenta de maneira inescapável a espinhosa questão da *responsabilidade dos intelectuais*, exatamente porque não há inocência possível na produção de um determinado quadro interpretativo sobre a experiência passada e presente de uma sociedade. Ninguém duvida hoje das advertências de Gramsci sobre o fato de que as grandes interpretações feitas sobre uma determinada sociedade acabam, de um modo ou de outro, tornando-se *sensu comum*. É exatamente nesse ponto que a eficácia de dadas configurações interpretativas, cristalizadas em um conjunto de valores, crenças e visões, que coletividades inteiras passam a ter sobre si mesmas, realizam a operação ideológico-política, que põe em movimento representações mentais, impulsionadoras de ações no interior de um corpo político-social. As conseqüências para uma sociedade sobre o modo como sua *intelligentsia* tece a urdidura de sua memória comum são difíceis de serem mensuradas, exatamente porque os efeitos políticos de certos *construtos* agem silenciosamente na formação das subjetividades individuais, que, no entanto, serão importantes na maneira pela qual os indivíduos e os grupos sociais farão seu aparecimento na esfera pública. A qualidade discursiva que informará suas demandas pode desempenhar um papel decisivo na escuta ou não de suas exigências. Exagerando um pouco, poder-se-ia supor que o trabalho dos intelectuais que tecem os fios da trama narrativa da experiência de um povo funcionaria, ao menos no nível da memória linguística, e apesar de não se esgotar nesse nível, como uma espécie de stanilavskiana *preparação do ator*, na qual um conjunto de disposições expressivas dos atores poderá ser mobilizado para o melhor desempenho possível dos seus papéis no desenrolar da

cena teatral. Convém lembrar que no mundo moderno, pelo menos desde Tocqueville, circula enfaticamente a idéia de que intelectuais, nas suas mais diferentes formas expressivas, preparam espiritualmente os atores sociais para protagonizarem os grandes embates da história. No belo livro de Tocqueville, *O antigo regime e a revolução*, há toda uma parte sobre o papel dos escritores na preparação do grande evento, em que o autor descreve as principais formas que os escritores encontraram para difundir entre o povo as teorias do direito natural, fixando com força na consciência dos camponeses, por exemplo, a visão de que a antiga ordem do mundo baseada nos privilégios de nascimento constituía um grave atentado às leis e direitos da natureza (Tocqueville, 1979).

Entre nós brasileiros, por exemplo, creio não ser exagerado afirmar que ainda não foi suficientemente esclarecido o papel desempenhado pela ideologia da *democracia racial*, do *país pacífico*, da incensada cordialidade nacional, e outras coisas mais, sobre nossa sociabilidade política contemporânea e na dificuldade que ainda demonstramos para tratar com questões referentes a um padrão civilizatório calcado numa cidadania democrático-republicana. A transparência procedimental, como valor democrático-republicano supremo, permanece moeda rara no funcionamento de todas nossas instituições públicas. Prova disso está na persistente vigência em nossas instituições do princípio do segredo, da ação entre amigos, do conciliábulo, da pequena astúcia. O terreno fecundado por esse conjunto de elementos torna-se o mais propício para transformar toda e qualquer relação pública em relação privada, e isso está na raiz de todas as nossas maneiras institucionais de se relacionar com a coisa pública. A referência a esses fatos, nossos velhos conhecidos, serve apenas para reforçar a argumentação desenvolvida até aqui, que visava apenas apresentar um esboço possível do papel dos intelectuais que fundaram uma certa tradição de reflexão sobre as mazelas nacionais, na configuração de certos modelos explicativos do Brasil. Nossos padrões de cultura cívica, fortemente marcados pelo mais egoístico privatismo, encontram um de seus pilares de sustentação certamente no modo como alguns intelectuais, ao realizar a mannheimiana *racionalização de interesses*, soldaram e atualizaram ideologicamente nosso antigo e renitente patrimonialismo ibérico. Cumpre destacar que isso colaborou, e muito, para a legitimação de nossas estruturas de dominação que têm suas unhas e pés fincados em séculos de escravidão e no mais terrível dos privatismos, aquele que para se realizar em sua plenitude necessita esmagar brutalmente qualquer sinal de vida associativa articulada em torno de valores baseados na maior ampliação possível do

campo institucional participativo e decisório. Tudo somado, nossos padrões de civismo estão ainda muito longe de alcançar os níveis prescritos por uma forte e verdadeira *civic culture*, aquela que modela atitudes políticas minimamente identificadas com o bem comum e com as exigências de uma cidadania democrática. Com as honrosas exceções de sempre, nossa memória pública pautou-se por criar referências intelectuais muito complacentes com nossas estruturas originárias de dominação e exploração sociais. Nossas continuidades histórico-estruturais, reveladoras da magnitude de nossa desigualdade social e também do poder e eficácia de nossos padrões culturais de legitimação ao domínio das elites econômicas nativas, são sistematicamente negadas pela veiculação *ad nauseam* de uma narrativa triunfalista, retórica e reificadora dos atuais processos de modernização do país, reincidentemente conservadores. No momento, certa intelectualidade, muito próxima e as vezes diretamente envolvida nos processos decisórios, porque afinal se tem um intelectual na presidência do país, se especializou em difundir platitudes sobre o presente, além de desqualificar e amesquinhar sistematicamente o debate político e intelectual públicos, ocultando espantosamente o fato de que o sentido da modernização em curso não está direcionado para nos trazer *modernidade*, que como vimos anteriormente supõe compromissos em sentido emancipatório.

Dessa feita, deve-se assinalar como estão distantes os sonhos interrompidos do Joaquim Nabuco escritor de *O abolicionismo* e fundador no Brasil de uma tradição de intelectuais-políticos, seguida brilhantemente por muitos outros, com destaque para Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, que com rara paixão pela verdade histórica e amor aos seus concidadãos, se empenharam em construir uma nação democrático-republicana, tendo muito claramente no horizonte as advertências de Lukács, de que *o especificamente nacional não pode perder de vista os padrões universais de medida*. O esforço de se erguer uma nação fundada naqueles pressupostos, infelizmente, desembocou naquilo que outro grande intelectual daquela tradição, Celso Furtado, chamou de *construção interrompida*.

## **O destino burocrático-administrativo do intelectual**

Em relação à questão dos intelectuais em nosso país, estamos assistindo, nos dias que correm, à sua crescente transformação naquilo

que o velho e injustamente esquecido C. Wright Mills, há quarenta anos, em um penetrante livro intitulado *A imaginação sociológica*, chamara de *intelectual administrativo*. De certa forma, para Mills, semelhante metamorfose dos intelectuais, em especial os dedicados à ciência social, configurara uma forma de *traição à promessa moral e intelectual da ciência social*, que se radicara na aceitação de que a liberdade e a razão seriam os valores supremos na formulação dos problemas de investigação social, bem como orientariam em sentido amplo e profundo a vida do cientista, ou seja, se constituiriam numa espécie de *valores regulativos* na aquisição de sentimentos morais fundamentais. Além disso, advertia o autor:

esta é também a promessa política do que se chama, de forma bastante imprecisa, de cultura ocidental ... porque a tarefa social da razão é formular escolhas, ampliar o alcance das decisões humanas no processo histórico. (Mills, 1965, p.188-9)

De acordo com a análise de Mills, pode-se dizer que entre nós, no bojo do movimento de implantação dos necessários mecanismos de controle acadêmico junto às instituições de fomento à pesquisa e outros similares, sobre os usos dos recursos públicos aplicados à ciência, estamos assistindo à perigosa e certamente obscurantista formação de uma espécie de alfândega ideológica – que veta e desqualifica o desenvolvimento de certos estilos de trabalho intelectual – ancorada em procedimentos burocráticos e preconceituosos. A prática recorrente, mas velada, de censura intelectual tem estreitado nosso espaço público de debates, ao restringir dos mais diferentes modos o comparecimento público da imensa variedade de escolas teóricas. A seqüência obrigatória desses procedimentos está na formação de estruturas de poder acadêmico muito opacas e, conseqüentemente, refratárias à publicização de seus mecanismos de funcionamento, que, naturalmente, são regidos pela lógica mais antidemocrática, porque fundada numa espécie de mandarinato patrimonialista, que se traça com as vestes de intelectuais administradores de pesquisas, cujas reputações intelectuais estão quase sempre sustentadas na relação direta de suas posições nas estruturas do poder acadêmico das fundações e agências de fomento em geral.

São membros de comitês, fazem parte de juntas de diretores, podem conseguir-nos o emprego, a viagem, a bolsa para pesquisas. São um tipo novo e estranho de burocratas. São os executivos da inteligência... (Ibidem, p.116)

Nessa ordem de razões, e seguindo o argumento central de Mills, poder-se-ia perguntar se tamanha burocratização e institucionalização

antidemocrática do conhecimento em ciências sociais não ferirá de morte a autonomia do cientista social-intelectual, com isso destruindo sua especificidade no amplo e rico campo do saber, que em grande parte das vezes conheceu seus desenvolvimentos mais significativos nos esforços dos produtores individuais que realizaram artesanalmente seu ofício intelectual. Ainda nas palavras do autor que estamos tomando como referência, *esta racionalidade desprovida de razão* põe em causa a possibilidade mesma do desenvolvimento de uma ciência social autônoma e responsável perante seus concidadãos.

Na direção ainda da forma como Mills (1965) problematizou a questão, a superação dessa situação, que hoje nos enlaça a todos numa espécie de grande abraço da morte, somente poderia se dar “quando os cientistas sociais, de alguma forma coletiva, exercerem pleno controle desses meios de pesquisa”, que lhes foram expropriados. Somente assim “poderá a ciência social ser realmente autônoma” (p.119). Dessa forma, combatendo por autonomia e respeito à pluralidade dos modos de conhecer o mundo é que, segundo Mills, “estariamos dando prosseguimento ao discurso do homem civilizado” (p.238).

Ao retomar todas essas reflexões que estão na raiz das nossas fundações teóricas, que sempre persistiram como pontos inegociáveis de nossa memória intelectual e foram reforçadas pela exigências normativas da modernidade, que como vimos elegeu o intelectual como o personagem social emblemático do incessante combate pela vitória das luzes contra as trevas, torna-se imperativo rememorar alguns dos momentos altos dessa luta para cumprir o destino reservado aos intelectuais pela ilustração, por mais equivocados que tenham sido seus empreendimentos. Vale a pena lembrar a entusiástica convocação de K.Mannheim aos intelectuais, feita nos anos 30 do século XX, para que, como homens da razão, fossem capazes de transcender permanentemente seus pequenos interesses de casta, suas pequenas causas narcísicas e de continuar lutando com suas armas específicas pela extensão a todos os homens e mulheres dos benefícios da racionalização emancipatória. Por muito tempo essas esperanças realizaram uma fértil sementeira contra o envenenamento do solo realizado pelo estabelecimento do *ethos burocrático* entre os intelectuais. Nesse sentido, aceitar cegamente os critérios de relevância cognitiva impostos pelas instituições de financiamento à pesquisa, pautados por critérios quantitativos muitas vezes estranhos e desrespeitadores da especificidade do objeto do saber e das diversas modalidades metodológicas de abordá-lo, significa, em última instância, trair a memória de todos aqueles que combateram tanto, e parafraseando Werther, *para se perder na amplidão do infinito*.

A acomodação ao *status quo*, ou melhor, aos padrões teóricos e metodológicos dominantes, pode se converter, sim, em critério de legitimação da produção intelectual, e até significar a autoconservação subjetiva dos sujeitos do saber, mas certamente fere qualquer *ética da responsabilidade* dos intelectuais, que muitas vezes foi tecida com sangue e lágrimas de todos os que combateram pelo triunfo da razão e da liberdade.

É certo que vivemos uma época cinzenta para o surgimento de idéias e atitudes que desafiem os vários *mainstream* que dominam o nosso *médiun*. Nossos oráculos estão cada vez mais longínquos de materialidade corpórea. No entanto, a salvação da probidade e da dignidade intelectuais, no interior de uma universidade pública atacada por todos os lados por cães furiosos, continua a ser calcada na independência e autonomia dos intelectuais em relação aos modismos e aos poderosos do dia. Cabe-nos resistir à feita, como dizia Mills, da *prosa padronizada*, esta sim compatível com o gosto e a sanha dos senhores de um tempo, cujo espírito parece, adornianamente falando, marchar contra o espírito mesmo. Talvez seja nossa tarefa intransferível, como intelectuais, refundar nosso papel e nossa própria imagem, como sujeitos capazes de transformar pela *virtú* os terríveis ditames da *fortuna*.

RÊGO, W. D. L. Ethics, science and politics: from the reformist philosopher to the demanding manager. *Perspectivas (São Paulo)*, v.23, p.69-83, 2000.

- **ABSTRACT:** *This paper intends to analyse how the intelligentsia has been considered in the past years, according to the classical norms (such as by Fichte, for example), and to analyse the present situation, in which the philosophers have been progressively becoming bureaucrats, transformed into institutional managers.*
- **KEYWORDS:** *Philosophers; intelligentsia; illuminism; bureaucratization of the mind.*

## Referências bibliográficas

BENDA, J. *La trahison des Clercs*. Paris: Editions **Bernard Grasset**, 1927

CROCE, B. *Elementi di política*. Bari: Laterza, 1945.

FICHTE, J. G. *Sobre a missão do intelectual*. Berlim: Walter de **Gruyter**, 1971.

GOETHE, W. *Werther*. Lisboa: Guimarães Editores, 1984.

- HABERMAS, J. et al. *La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1973.
- LUKÁCS, G. *Realistas alemanes del siglo XIX*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1970.
- MILLS, C.W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- SOBOUL, A. *Les sans-cullottes*. Paris: Seuil, 1968.
- SOZZI, L. *Il Principe e il filosofo*. Napoli: Guida Editori, 1988.
- STAROBINSKI, J. *1789 – os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TOCQUEVILLE, A. de. *O antigo regime e a revolução*. Brasília: Editora da UnB, 1979.
- VITTORINI, E. *Il Politécnico*, 1946.